

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.305 - DF (2020/0249179-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : NORIVAL VITOR VIEIRA
ADVOGADO : ANDERSON REGIS DE FREITAS SILVA - MG084667

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA APOSENTADORIA ESPECIAL AGENTE AGRESSIVO RUÍDO EXPOSIÇÃO DO SEGURADO ACIMA DOS LIMITES LEGAIS ARTIGOS 57 E 58 DA LEI 821391 PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS BENEFÍCIO DEVIDO CONECTÁRIOS LEGAIS 1 A APOSENTADORIA ESPECIAL É DEVIDA AO SEGURADO QUE TIVER TRABALHADO SUJEITO A CONDIÇÕES ESPECIAIS QUE PREJUDIQUEM SUA SAÚDE OU SUA INTEGRIDADE FÍSICA DURANTE 15 (QUINZE) 20 (VINTE) OU 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE MODO HABITUAL E PERMANENTE NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE A TEOR DOS ARTS 57 E 58 DA LEI N 821391 2 O CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO DEVERÁ OBSERVAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DA PRESTAÇÃO LABORAL TAL COMO DISPOSTO NO § 1 ART 70 DO DECRETO N 304899 COM REDAÇÃO DO DECRETO N 482703 3 EM RAZÃO DA SOBREPOSIÇÃO DE LEIS ENTRE OS DECRETOS N 538311964 E 830801979 QUANDO O PRIMEIRO FIXOU O LIMITE DE INSALUBRIDADE EM 80DB (OITENTA DECIBÉIS) E O ÚLTIMO DELIMITOU EM 90DB(NOVENTA DECIBÉIS) ESTABELECEUSE QUE ATIVIDADE ESPECIAL É AQUELA DESENVOLVIDA EM AMBIENTE COM RUÍDO MÉDIO SUPERIOR A 80DB (OITENTA DECIBÉIS) TENDO EM CONTA A VIGÊNCIA SIMULTÂNEA E SEM INCOMPATIBILIDADE DOS SEUS ANEXOS 4 A EFETIVA EXPOSIÇÃO DO SEGURADO A AGENTES AGRESSIVOS À SAÚDE DEVE SER COMPROVADA POR PROVA DOCUMENTAL CONSUBSTANCIADA EM FORMULÁRIOS DSS 8030 E

LAUDOS TÉCNICOS PERICIAIS DOS QUAIS CONSTA QUE O TRABALHADOR ESTEVE EXPOSTO AOS SEGUINTE NÍVEIS DE RUÍDOS SUPERIOR A 80 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N 5383164 SUPERIOR A 90 DECIBÉIS DE 06031997 A 18112003 VIGÊNCIA DO DECRETO N 217297 E SUPERIOR A 85 DECIBÉIS A PARTIR DA EDIÇÃO DO DECRETO N 4882 DE 18112003

Quanto à controvérsia, alega exigibilidade de laudo técnico para qualquer período de exposição a ruído para o reconhecimento de tempo especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente